

10 º ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Sociologia e Política

A competitividade das candidaturas não brancas:
disputa para a Câmara dos Deputados em 2014

Carlos Machado (IPOL-UnB)
Luiz Augusto Campos (IESP-UERJ)
Filipe Recch (GSE-Stanford)

Belo Horizonte

30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Carlos Augusto Machado (IPOL-UnB)
Luiz Augusto Campos (IESP-UERJ)
Filipe Recch (GSE-Stanford)

Resumo

A discussão sobre a representação política da população negra brasileira encontrava-se obstaculizada pela adversidade decorrente do baixo reconhecimento sobre a centralidade de abordar a questão racial no país. Um dos efeitos desse cenário se refere à dificuldade de se considerar socialmente a relevância da dimensão racial para avaliar o cenário político brasileiro. A ausência de registro sobre a auto declaração racial das candidaturas transforma em árdua a tarefa de avançar em análises para além da descrição da composição dos parlamentares eleitos ou avaliação entre eleitos e não eleitos a partir de um número restrito de casos. Apenas a partir das eleições de 2014 o TSE passou a solicitar a informação sobre a auto declaração da raça/cor para os pleiteantes a cargos públicos, o que permite contornar parcialmente as dificuldades para incorporação desse elemento para a análise eleitoral no Brasil. Neste trabalho, recorreremos a esses dados para dimensionar as condições da sub-representação de pretos e pardos na política.

Palavras-chave:

Raça; cor; representação política; eleições; recrutamento político.

Introdução

Embora alguns ideólogos da democracia moderna nutrissem a esperança de que as eleições aproximariam as características de governantes e governados, essa expectativa não se confirmou. Não ausência de controles legais específicos, a composição da representação política via eleições costuma reforçar as hierarquias sociais preexistentes. Ao termo, grupos sociais dominantes tendem a traduzir seus privilégios em maiores chances de sucesso eleitoral, ao mesmo tempo em que grupos subalternos tendem a ser excluídos do poder político mesmo nos casos em que compõem a maioria do eleitorado. Isso fica particularmente evidente quando observamos a sub-representação política de setores da sociedade como trabalhadores, mulheres e negros. Mesmo um observador leigo do cenário político brasileiro é capaz de concluir, por exemplo, que nossos dirigentes são, em sua gigantesca maioria, homens e brancos, oriundos das classes mais altas. Contudo, apesar de essa impressão ser razoavelmente consensual, o mesmo não pode ser dito sobre as causas imputadas dessas exclusões. Isso porque nem sempre é simples isolar o peso

específico que variáveis como classe social, raça/cor ou sexo têm nas chances eleitorais de determinados candidatos ou candidatas.

Esse problema é particularmente complexo quanto à relação entre a cor/raça de um candidato ou candidata e suas chances eleitorais. Como se sabe, o passado escravocrata brasileiro e as práticas discriminatórias de diferentes tipos insularam a população preta e parda na base de nossa pirâmide social. Por conta disso, é difícil determinar em que medida a ausência de pretos e pardos na política não seria um efeito secundário do alheamento político de indivíduos das classes sociais mais baixas ou consequência de discriminações raciais. Ademais, a sub-representação política dos não brancos parece obedecer a lógicas distintas daquelas que levam à sub-representação das mulheres. Ainda que a literatura sobre o tema proponha explicações variadas para esse fenômeno¹, há um certo consenso de que as mulheres costumam ser excluídas da política antes mesmo das eleições ocorrerem, quando as listas partidárias são compostas (Lawless, 2012). Contudo, algo bastante distinto parece ocorrer com os candidatos pretos e pardos. As pesquisas dedicadas ao tema vêm demonstrando que a proporção de não brancos nas listas partidárias é relativamente próxima àquela da população nacional (Bueno e Dunning, 2013; Campos e Machado, 2015a; Campos e Machado, 2015b). Logo, os filtros que afastam esse grupo da representação parecem ser de natureza distinta daqueles interpostos às mulheres.

Para isolar o efeito de uma determinada variável como cor/raça ou sexo nas chances eleitorais de um candidato ou candidata, emprega-se tradicionalmente técnicas estatísticas como a regressão linear ou logística. Em ambos os casos, utiliza-se o método de mínimos quadrados ordinários para estimar qual curva melhor traduz a relação entre duas ou mais variáveis. Esses tipos de regressão nos oferecem um sumário das correspondências entre as médias das variáveis independentes e os pontos da distribuição de uma variável dependente (Mosteller e Tukey, 1977, p. 266).

Esses tipos de regressão apresentam, contudo, uma limitação quando estamos lidando com distribuições extremamente desiguais ou irregulares. Nesses casos, as médias não são bons parâmetros descritivos da série completa. Um exemplo disso é a distribuição dos votos, própria das eleições brasileiras. Nosso sistema proporcional distribui as cadeiras dos legislativos municipais, estaduais e nacional para os partidos políticos e coligações com base no total de votos que eles receberam. Logo, é interessante para os partidos/coligações lançarem o maior número de candidatos possível, algo que também é incentivado pela legislação eleitoral auxiliar (falaremos disso depois). Apenas

¹ Sobre o assunto ver Pinto (1994), Miguel (2001), Miguel (2006) e Araújo e Alves (2007).

para se ter uma ideia, as eleições para a Câmara dos Deputados em 2014 permitiram que os partidos/coligações lançassem um total 5.866 candidatos em um total de 224 listas partidárias distintas, todos concorrendo a apenas 513 cadeiras². Conseqüentemente, a vasta maioria das candidaturas está lá apenas para incrementar as chances de o partido/coligação alcançar o quociente eleitoral e, portanto, não são propriamente “competitivas”. Na prática, isso quer dizer que a competição eleitoral concreta envolve cerca de 20% dos candidatos, enquanto os outros 80% têm pouca ou nenhuma chance de se eleger. Os modelos de regressão linear são, contudo, insensíveis a esse dado. Em grande medida, os coeficientes estimados indicam os efeitos das variáveis incluídas no modelo para esses 80% e, residualmente, para os 20% que realmente importam.

O objetivo deste *paper* é apresentar um modelo de regressão alternativo para se estimar os efeitos de algumas variáveis sociopolíticas nas chances eleitorais de determinados candidatos, especialmente aqueles autoclassificados como pretos e pardos. No lugar da regressão linear ou logística, empregamos *regressões quantílicas* que basicamente estimam os coeficientes das variáveis independentes em cada um dos quantis para uma dada variável dependente. Se, por exemplo, tomarmos a votação como variável dependente, a regressão quantílica permite discriminar os efeitos das demais variáveis independentes (classe social, nível de instrução, sexo, cor/raça etc.) em cada um dos grupos de candidatos, desde os menos votados (quantis inferiores) até os presentes nos estratos mais votados (quantis superiores).

Portanto, o primeiro intuito deste *paper* é indicar que modelos como a regressão linear têm um potencial limitado quando se trata de isolar o papel que a cor/raça do candidato tem em suas chances eleitorais. Mas para além dessa proposta metodológica, pretendemos também fazer uma contribuição substantiva para a compreensão do papel da raça nas chances eleitorais dos candidatos. Ao que tudo indica, as desigualdades de oportunidades políticas estritamente raciais são pequenas quando observamos os candidatos com baixa votação. Algo diferente, contudo, se passa quando observamos alguns quantis superiores. Nesses, a cor/raça do candidato possui um peso importante na diminuição de suas chances eleitorais, mesmo quando controlamos outras variáveis socioeconômicas ou políticas. Tal conclusão tem conseqüências importantes para

² Para uma comparação com um sistema cujas regras eleitorais são próximas às brasileiras, nas eleições de 2015 para a câmara baixa na Finlândia 2.146 candidatos disputaram os 200 assentos disponíveis, indicando uma quantidade menor de candidatos por cadeiras (10,7) enquanto nas eleições brasileiras de 2014 este valor foi de 13,4. Fonte: http://tilastokeskus.fi/til/evaa/2015/01/evaa_2015_01_2015-04-10_tie_001_en.html

medidas que visem incrementar a proporção de pretos e pardos na representação política nacional.

Métodos e Resultados

A distribuição dos votos nas eleições brasileiras é altamente desigual. Para ilustrar esta desigualdade, o índice de Gini da distribuição dos votos para deputado federal nas eleições de 2014 foi de 0,83. Isso quer dizer que 27% dos candidatos se apropriaram de 83% dos votos do pleito, enquanto os outros 83% dos candidatos repartiram 27% dos votos restantes. Note-se que, nesse tipo de distribuição tão desigual, a votação média recebida pelos candidatos resume mal as características dessa série. Em média, cada candidato obteve 0,45% dos votos disponíveis em sua respectiva unidade federativa, mas esse valor ignora que o candidato proporcionalmente mais votado obteve uma proporção de votos 35 vezes maior do que isso, enquanto inúmeros candidatos obtiveram votação irrisória.

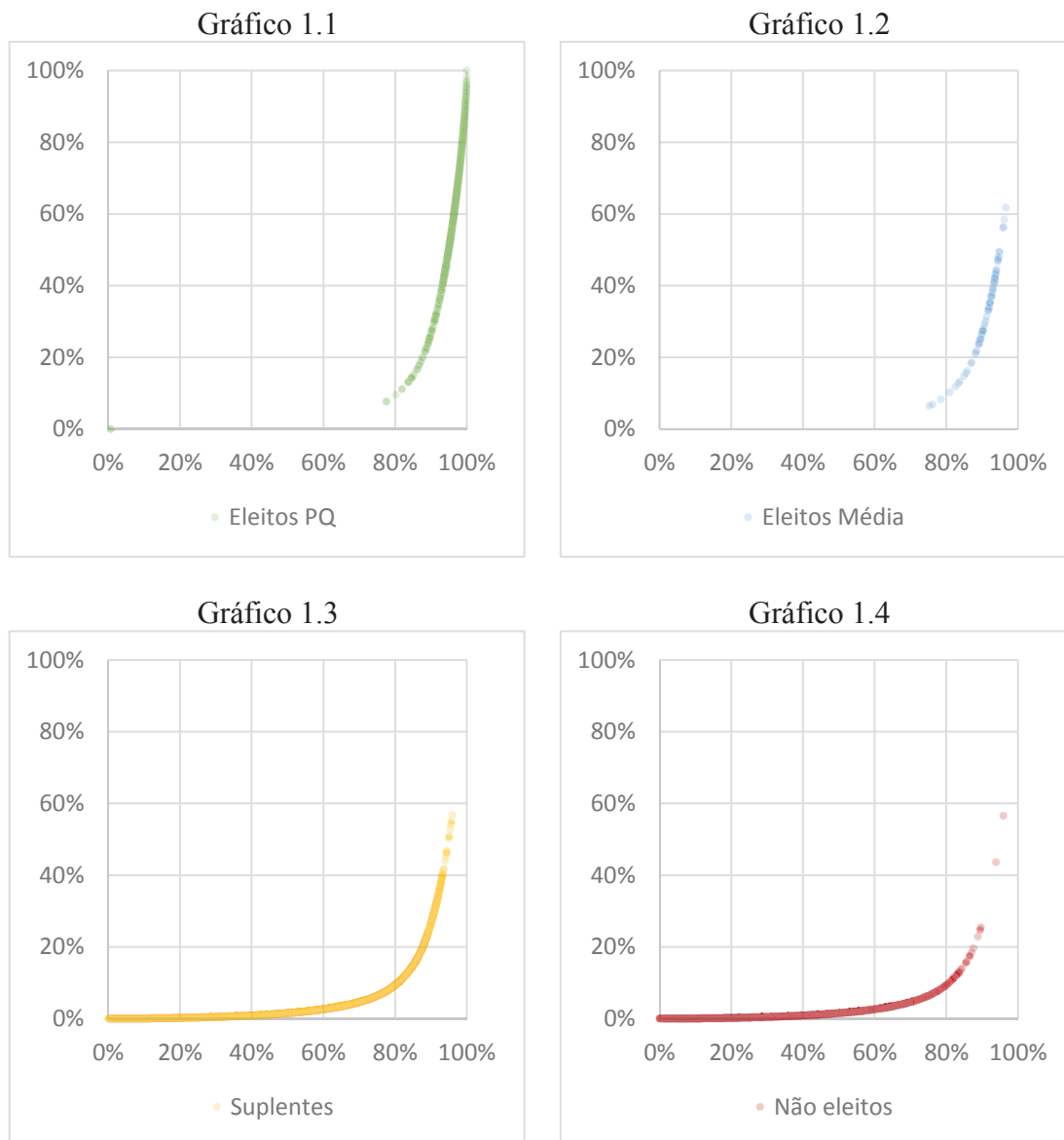
Como já foi dito, isso ocorre porque a legislação brasileira é bastante permissiva em relação ao número de candidatos e candidatas que cada partido/coligação pode lançar. Cada partido pode registrar nas eleições para a Câmara dos Deputados o equivalente³ a 150% do total de cadeiras em disputa, quando a unidade da federação ocupar pelo menos 21 vagas, e 200% no caso de 20 vagas ou menos. Quando estamos falando das coligações, os valores sobem, respectivamente para 200% e 250%. Soma-se a isso o fato, já mencionado, que há um incentivo aos partidos/coligações em lançarem o maior número possível de candidatos para, assim, conseguirem um somatório de votos que ultrapasse o quociente eleitoral.

Como mencionado na seção anterior, outro elemento que dificulta a análise desse tipo de série é o fato de que a quase totalidade dos eleitos para o cargo de deputado federal serem recrutados nos dois últimos decis da distribuição, isto é, entre os 20% de candidaturas que receberam mais votos. Para visualizar essa relação, os gráficos a seguir mostram como os eleitos pelo quociente eleitoral, por média, os suplentes e os não eleitos se distribuem em curvas de Lorenz tomando como base suas respectivas votações. Como é possível perceber, os eleitos por quociente (Gráfico 1.1) e por média (Gráfico 1.2) estão quase todos localizados nos dois últimos decis de votação. Os suplentes (Gráfico 1.3) se distribuem por quase todos os decis, enquanto aqueles que não se elegeram nem se qualificaram para a suplência (Gráfico 1.4) se distribuem pelo primeiros nove decis, salvo raras exceções. Isso quer dizer que os eleitos são quase

³ A partir das eleições de 2016 os percentuais foram alterados, fruto de mais um dos inúmeros casuísmos decorrente das ligeiras alterações no processo eleitoral entre as eleições no Brasil.

todos recrutados de um grupo pouco mais de mil candidatos, e o que os outros quatro mil praticamente não participaram competitivamente da disputa.

Gráfico 1: distribuição dos candidatos conforme suas votações em curvas de Lorenz



Fonte: os autores a partir de dados do TSE

Ao se basear na média das variáveis envolvidas no modelo proposto, a regressão linear não traduz com acurácia as relações entre tais distribuições. Para ajudar a esclarecer este ponto, vejamos o resultado de uma regressão linear que estima o impacto da cor/raça dos candidatos sobre a votação obtida por ele. Para permitir a comparação das votações recebidas em unidades da federação diversas, calculamos a relação entre a

votação obtida e o quociente eleitoral no respectivo distrito vezes cem.⁴ Grosso modo, isso implica que sempre que nos referirmos doravante à votação, estaremos falando de quantas vezes um dado candidato alcançou o quociente eleitoral de seu estado. Em seguida, calculou-se o logaritmo na base dez dessa distribuição para permitir o seu processamento pela regressão.

Para trabalhar com a votação foi calculada inicialmente a relação entre a votação do candidato com o quociente eleitoral do distrito no qual o mesmo concorreu⁵. Esse procedimento possibilita a elaboração de um indicador da votação mais preciso quanto à possibilidade de comparação entre diferentes ambientes eleitorais. Contudo, a distribuição dos valores obtidos não atendia aos critérios de normalidade para possibilitar a realização da regressão linear. Por este motivo os valores obtidos foram recalculados a partir do logaritmo da base, sendo este o valor utilizado como variável dependente dos modelos a seguir. Sempre que nos referirmos a votação daqui em diante, a referência será condizente ao indicador acima apresentado.

Na Tabela 1, vemos os coeficientes que estimam o efeito linear da cor/raça sobre a votação para o total de candidatos (modelo 1), para o quantil referente aos 50% dos candidatos com menos votos (modelo 2) e para os candidatos no último decil (modelo 3). No total das candidaturas, a votação média dos não brancos é 28,3% menor do que a votação média dos candidatos brancos. Observando essa mesma relação, mas focando apenas na metade dos candidatos com menor votação, percebemos que a votação média dos não brancos nesse estrato é 26,9% menor do que a votação média dos candidatos brancos, indicando um efeito levemente menor da cor/raça na votação do que para o total de candidaturas. Porém, aplicando o mesmo modelo ao pequeno grupo com mais votos, percebemos que a votação média de candidatos não brancos é 39,9% menor que a mesma dos candidatos brancos desse quantil.

Isso quer dizer que o impacto da cor/raça nas chances de se obter votos parece aumentar nos quantis superiores de votação em relação aos quantis inferiores. Pode-se dizer que, dentre os candidatos com maior quantidade de votos, ser branco é mais importante do que ser preto ou pardo do que quando observamos os candidatos com

⁴ Para permitir a comparação entre contextos eleitorais distintos seria possível utilizar a porcentagem de votos recebidos em cada Unidade da Federação. Entretanto, uma vez que o quociente eleitoral serve como uma barreira à representação, valores diferentes poderiam apresentar um significado parecido. Por exemplo, em São Paulo uma candidatura que alcance 1,43% dos votos válidos terá ultrapassado sozinho o valor do quociente eleitoral, enquanto uma candidatura em Rondônia precisa obter 12,5% dos votos para se encontrar na mesma situação.

⁵ Foram excluídos os casos em que houve votação zero e que a candidatura foi indeferida pela justiça eleitoral.

uma quantidade pequena de votos. Uma forma de representar essa diferença é graficamente. A Figura 1 mostra o coeficiente da regressão linear para cada um dos quantis da distribuição da votação, calculados a cada 0,5 pontos. O associado intervalo de confiança do modelo aparece indicado pelas três linhas paralelas. A linha central é o valor estimado pela regressão linear e as outras duas representam os limites com 90% de confiança. A curva em verde representa o valor estimado pela regressão quantílica para cada ponto, com incrementos de 0.5 pontos, entre os quantis 10 e 95. A área em cinza representa o intervalo de confiança estimado para os parâmetros de cada quantil.

Tabela 1: Regressão linear e Quantílica

	(1) Total	(2) Quantil 50%	(3) Quantil 90%
Cor/raça	-0.283*** (0.0265)	-0.269*** (0.0341)	-0.399*** (0.0500)
Constante	0.228*** (0.0177)	0.104*** (0.0250)	1.655*** (0.0185)
Observações	4796	4796	4796
R ² Ajustado	0.022		

Fonte: os autores a partir de dados do TSE

Desvio padrão em parênteses

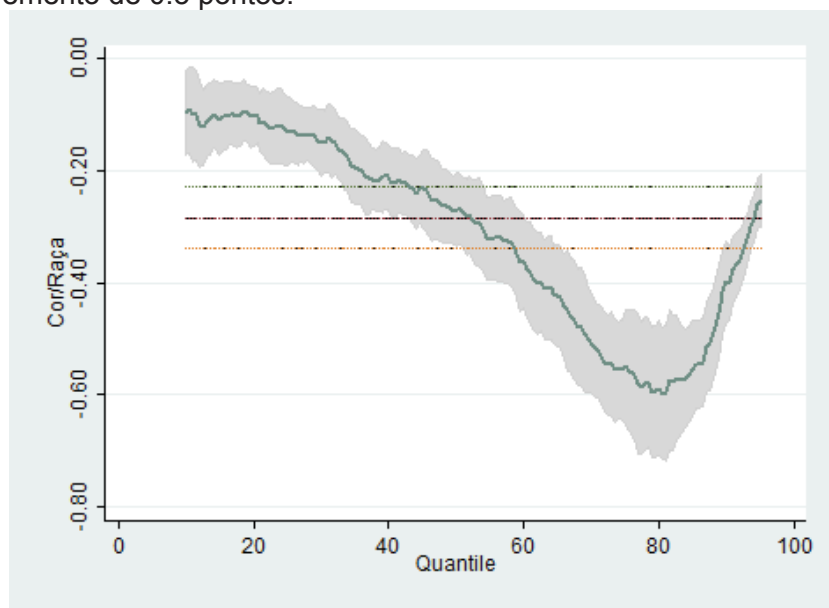
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

A Figura 1 mostra que a relação entre ser não branco e a votação recebida não é tão linear quanto a Tabela 1 indicava. Embora ser preto ou pardo de fato tenha um efeito negativo maior nas chances de obter votos, existe uma inversão dessa tendência quando observamos os últimos estratos, especificamente entre o quantil 60% e 90%. Até o quantil 30%, a cor/raça do candidato tem um efeito que oscila pouco, da ordem de 10% a 30%. A partir do quantil 30%, a desvantagem dos não brancos se intensifica. Especificamente entre o quantil 70% e 80%, a votação média dos candidatos não brancos chega a ser 60% menor que a votação média dos candidatos brancos. Porém, nos dois decis finais, há uma inversão dessa tendência, indicando ser relativamente menor o efeito da cor/raça sobre os votos recebidos pelos candidatos não brancos, apesar de persistir o efeito negativo em comparação aos brancos. Como será observado a seguir, esse padrão está diretamente relacionado a perfis mais integrados ao sistema político brasileiro.

Todavia, estamos avaliando aqui somente a relação entre duas variáveis, ignorando que as vantagens eleitorais dos candidatos brancos vis-à-vis os não brancos talvez reflitam outras variáveis intervenientes como classe social, nível de instrução, recursos de campanha etc. As análises que se seguem mobilizam modelos quantílicos multivariados que nos permitem precisar o efeito que a cor/raça dos candidatos possui sobre a

votação, controlando por fatores que a literatura identifica como relevantes para o sucesso eleitoral (classe social, nível de instrução, sexo etc.).

Figura 1: Regressão quantílica Votos e Cor/Raça do quantil 10 ao 95 e incremento de 0.5 pontos.



Fonte: os autores a partir de dados do TSE

Antes disso, porém, é preciso considerar os coeficientes de cada uma dessas variáveis independentes em uma regressão linear tradicional (Tabela 2). Nela, consideramos o efeito de se ser não branco em conjunto com outras quatro variáveis eleitoralmente relevantes:

- **Sexo:** efeito de se ser mulher.
- **Ensino Superior:** se o candidato passou pelo ensino superior
- **Classe:** pertencer a ocupações classificadas como tendo especial propensão política⁶
- **Reeleição:** estar concorrendo à reeleição.
- **Receita de Campanha:** fundos para custear a campanha obtidos pelo candidato⁷.

Como já havia sido indicado na Tabela 1, a votação de não-brancos implica uma votação média 28% menor do que aquela dada aos brancos. Ao adicionar o controle do sexo das candidaturas o efeito de raça é reduzido, mas mantém impacto na votação (tabela 2, modelo 2). É quando consideramos as variáveis socioeconômicas (passagem pelo

⁶ Esta classificação foi trabalhada mais detalhadamente em Campos e Machado (2015a).

⁷ Para possibilitar a interpretação foi calculado o percentual equivalente à receita de campanha da candidatura em relação ao somatório do total de receita de campanha acumulada por todas as candidaturas no distrito eleitoral. A partir destes dados os valores foram centralizados na média.

ensino superior e classe política) que se observa uma redução acentuada do efeito da cor/raça (tabela 2, modelos 3 e 4), que apresenta um efeito negativo de menos 15% na votação no modelo 4. O acréscimo das variáveis reeleição e receita de campanha tabela 2, (modelos 5 e 6) reduzem ainda mais esse efeito. No modelo 5, que considera conjuntamente os efeitos do sexo, instrução, classe, concorrer à reeleição e da receita de campanha obtida, a votação média de não brancos tende a ser apenas 8% menor que a votação média dos brancos. Por outro lado, isso indica que, a despeito do controle das variáveis mobilizadas no modelo completo (tabela 2, modelo 6), o efeito de ser não-branco persiste, ainda que de forma atenuada.

A comparação com os efeitos negativos para as mulheres também auxilia a compreender o processo distinto pelos quais operam as diversas explicações possíveis para a sub-representação política. O acréscimo de cada um dos fatores explicativos em cada um dos seis modelos apresentou uma redução gradativa do efeito de cor/raça desde o modelo m1 até o modelo m6. A redução do efeito de ser mulher só apresentou uma variação mais drástica quando acrescentada ao modelo 6 a variável sobre receita de campanha. Ou seja, o acesso a maior quantidade de recursos de campanha é central para compreender um efeito redutor das desigualdades de candidaturas entre homens e mulheres, mas o mesmo não vale para o efeito do financiamento de campanha nas desigualdades entre brancos e não-brancos. Como claramente explicitado na literatura, o efeito da receita de campanha afeta sobremaneira a explicação da votação recebida pelos candidatos, pois obter 1 p.p. a mais em relação à média do financiamento na UF implica obter 54% a mais de votos.

O maior R^2 ajustado é aquele do modelo 6, o que indica que este seria o mais adequado para tratar dos efeitos das variáveis consideradas. Contudo, vale notar que, com a exceção da raça, o efeito das demais variáveis desse modelo são fortemente impactadas pela adição do preditor receita de campanha. Isso quer dizer que apesar de o efeito da receita de campanha ser central para explicação do voto, a raça não seria um fator com impacto relevante. Ademais, é difícil considerar a obtenção desses recursos como uma variável independente da votação. Sabe-se que candidaturas mais promissoras eleitoralmente tendem a ter mais facilidade em obter recursos de campanha. Por este motivo, consideramos o modelo 5 como mais adequado e optamos por tratar a receita de campanha como variável dependente em um modelo distinto.

Antes de iniciar a análise cabe esclarecer que todas as candidaturas eleitas se encontram entre os dois últimos decis, sendo que em 85% são 4 eleitos entre 294, em 90% 34 entre 293, em 95% 187 entre 293 e nos últimos 5% 288 de 293. Por este motivo

foram selecionados os recortes de 50, 80, 85, 90 e 95% para as regressões quantílicas, com o intuito de observar o impacto das variáveis independentes a partir dos recortes analiticamente relevantes para observar os casos em que existem chances reais de eleição entre as candidaturas.

Tabela 2: Comparação de Modelos - Regressões Lineares

	(1) m1	(2) m2	(3) m3	(4) m4	(5) m5	(6) m6
Cor/raça	-0.283*** (0.0265)	-0.244*** (0.0246)	-0.175*** (0.0240)	-0.149*** (0.0233)	-0.107*** (0.0214)	0.0814*** (0.0150)
Sexo		-0.776*** (0.0276)	-0.749*** (0.0265)	-0.673*** (0.0260)	-0.603*** (0.0245)	-0.367*** (0.0181)
Ensino superior			0.456*** (0.0241)	0.270*** (0.0257)	0.230*** (0.0240)	0.0692*** (0.0170)
Classe				0.477*** (0.0257)	0.379*** (0.0245)	0.124*** (0.0168)
Reeleição					1.328*** (0.0245)	0.451*** (0.0244)
Receita de Campanha						0.540*** (0.00757)
Constant	0.228*** (0.0177)	0.427*** (0.0177)	0.0942*** (0.0238)	-0.111*** (0.0242)	-0.154*** (0.0227)	0.932*** (0.0218)
Observações	4796 ⁸	4796	4796	4796	4796	4796
R ² Ajustado	0.022	0.161	0.213	0.263	0.393	0.722

Fonte: os autores a partir de dados do TSE.

Desvio padrão em parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Resta agora investigar como esses coeficientes se comportam nos diferentes quantis de votação. Para tal, apresentamos na Tabela 3 a regressão linear e quantílica com os respectivos coeficientes das variáveis sexo, instrução, classe e reeleição, seguida da Figura 2.

Como é possível perceber pela Figura 2, o efeito de se ser não branco sobre a votação se torna um pouco mais linear quando medido em conjunto com o efeito das outras variáveis. Nos últimos decis, ser não branco implica uma votação média cerca de 20% menor que a votação média de brancos, mesmo quando controlamos o sexo, a instrução, a classe e a reeleição dos candidatos. Ao mesmo tempo, o efeito de se ser não branco se aproxima de zero quando observamos os quantis inferiores. Ser mulher permanece tendo um efeito mais negativo nas eleições, mas sua distribuição não obedece uma tendência linear. Ao que parece, o efeito é pior nos quantis iniciais e entre

⁸ Para possibilitar a comparação do efeito das variáveis entre os modelos, foram utilizados apenas os casos em que a prestação de contas foi apresentada e os valores não foram nulos, o que totaliza 4796 candidaturas.

os quantis 70% e 80%. Ter passado pelo ensino superior ou estar ocupado em alguma posição de classe com propensão política têm um efeito progressivo importante na obtenção de votos, mas esse efeito cai levemente nos últimos quantis, indicando que para os candidatos mais votados o peso da instrução é relativamente menor.

Tabela 2: Comparação Regressão Linear e Quantílica

	(1) Linear	(2) 50%	(3) 80%	(4) 85%	(5) 90%	(6) 95%
Cor/raça	-0.106*** (0.0192)	0.0875*** (0.0177)	-0.156*** (0.0303)	-0.169*** (0.0354)	-0.221*** (0.0398)	-0.255*** (0.0379)
Sexo	-0.598*** (0.0216)	-0.590*** (0.0177)	-0.630*** (0.0338)	-0.616*** (0.0412)	-0.603*** (0.0452)	-0.539*** (0.0608)
Ensino superior	0.253*** (0.0215)	0.229*** (0.0214)	0.314*** (0.0335)	0.351*** (0.0380)	0.401*** (0.0453)	0.330*** (0.0514)
Classe	0.384*** (0.0220)	0.357*** (0.0210)	0.580*** (0.0350)	0.607*** (0.0408)	0.572*** (0.0458)	0.458*** (0.0528)
Reeleição	1.421*** (0.0241)	1.503*** (0.0178)	0.933*** (0.0388)	0.829*** (0.0455)	0.745*** (0.0643)	0.630*** (0.0308)
Constante	-0.274*** (0.0203)	-0.320*** (0.0190)	0.233*** (0.0330)	0.378*** (0.0388)	0.602*** (0.0470)	1.007*** (0.0560)
Observações	5866	5866	5866	5866	5866	5866
R ² Ajustado	0.395					

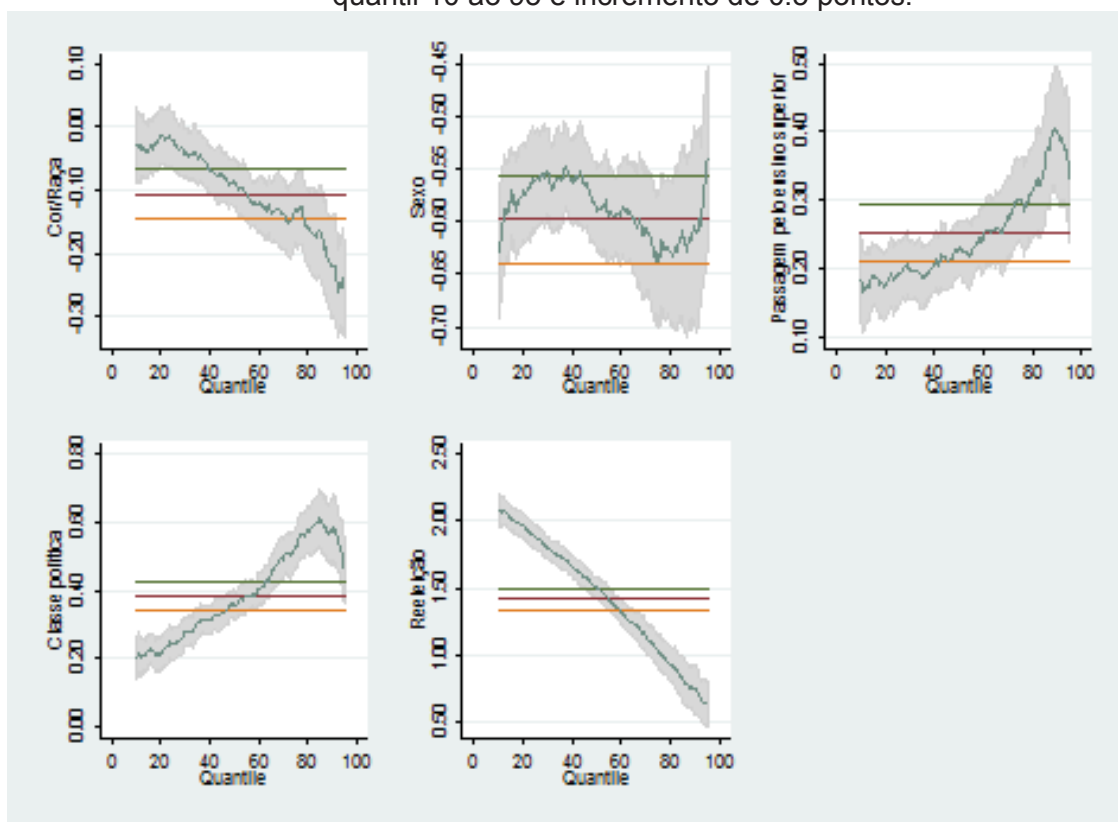
Fonte: os autores a partir de dados do TSE

Desvio padrão em parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Finalmente, o efeito de maior impacto sobre a votação é estar concorrendo à reeleição, efeito esse que cai à medida que avançamos nos quantis da distribuição. Esse aspecto lança uma questão que necessita ser melhor explorada. Apesar do modelo estatístico calcular o efeito de ser candidato a reeleição para cada um dos quantis solicitados, é importante considerar que esses casos efetivos se encontram concentrados nos cortes mais elevados, de tal forma que apenas um caso é observado no decil de 10%, surgindo os demais ao menos a partir de 75%. Ou seja, o valor mais robusto sobre os reais efeitos da reeleição não pode considerar a abstração para situações inexistentes nos quantis menos elevados. Isso implica dizer que mesmo o efeito da regressão linear, na casa de 140%, deve ser tomado com cautela, pois quando observamos o efeito para distribuições em que efetivamente existem casos de candidaturas à reeleição, há uma redução relevante considerando o efeito inicialmente observado em cortes da distribuição em que efetivamente houveram casos, como no caso de 95% da distribuição, onde a reeleição garantiria mais de 70% maior votação em comparação àqueles fora desta situação.

Figura 2: Regressão quantílica entre votos e as variáveis do modelo 5, do quantil 10 ao 95 e incremento de 0.5 pontos.



Fonte: os autores a partir de dados do TSE

Como esperado, ao controlar a relação entre votação e o perfil racial das candidaturas, o impacto de ser não branco é reduzido, tendo em vista que parte da desigualdade eleitoral atrelada a esta característica se deve às condições específicas às quais se encontram as candidaturas não brancas, em alguma medida espelhando a menor quantidade de não brancos com acesso ao ensino superior, em profissões com alto retorno político. No entanto, cabe questionar qual o efeito específico decorrente destes outros atributos especificamente para os candidatos não brancos. Para tanto é relevante adicionar a interação entre cada uma das características anteriormente analisadas e o efeito de ser não branco na análise. Neste próximo modelo também será possível adicionar uma variável explicativa, relacionada à diferença entre as organizações partidárias em que as candidaturas são promovidas. Deve-se ter em vista que os partidos políticos se diferenciam quanto à quantidade de candidaturas não brancas registradas (Salgado e Dunning, 2013; Campos e Machado, 2015a). A partir da distribuição das candidaturas entre todos os partidos que participaram a disputa foi possível observar um padrão de haver uma quantidade menor de candidaturas não brancas em partidos nacionalmente de menor porte. Contudo, a forma como a análise

foi produzida não levou em consideração dois aspectos importantes dentro do contexto eleitoral brasileiro.

Por um lado, não é possível definir que partidos nacionalmente relevantes o sejam em todo o território brasileiro, devido à dinâmica histórica de termos sistemas subnacionais⁹ que não são mera reprodução da disposição de forças no agregado nacional. Disso decorre a necessidade de abordar o efeito dos partidos políticos no sucesso eleitoral de uma candidatura tendo em mente a variação de apoio eleitoral que cada partido é capaz de obter entre os diferentes distritos eleitorais, neste caso entre as diferentes UFs. Um critério para a classificação de partidos bem-sucedidos pode ser dado pela capacidade de uma legenda ser capaz de obter votação suficiente para eleger um candidato. No caso da legislação eleitoral brasileira isso implica ultrapassar o quociente eleitoral¹⁰. No entanto, tendo em vista que no Brasil existe a possibilidade de celebrar coligações, e que toda menção na legislação brasileira ao termo partido deve ser subentendido o termo coligação, participar de uma coligação que ultrapasse o quociente eleitoral é uma estratégia disponível a candidatos de partidos sem capacidade de ultrapassar este valor por si mesmos. Disso decorre que uma forma de analisar de maneira mais precisa se uma candidatura foi apresentada de forma a ter efetivas chances de ser bem-sucedida, é essencial levar em conta se a legenda¹¹ foi capaz de eleger alguma candidatura. É possível discernir um número reduzido de candidaturas não brancas em legendas que não alcançam a votação mínima para eleger alguém (anexo 1). Desta forma na tabela 3, a seguir, além das análises anteriormente indicadas também será avaliado o efeito da participação de candidatura em coligação vitoriosa, ou seja, que foi capaz de ultrapassar o quociente eleitoral.

É importante notar que o efeito da regressão linear ainda difere substancialmente daqueles verificados através da regressão quantílica, principalmente entre os cortes mais elevados da distribuição da votação.

⁹ Isso deriva da variação da capacidade eleitoral entre os diferentes partidos no território brasileiro, inicialmente diagnosticada por Lima Jr. (1983).

¹⁰ Definido através da divisão do total de votos válidos em um distrito eleitoral pelo número de cadeiras em disputa no mesmo (magnitude do distrito). A partir das eleições de 2016 além de o partido necessitar ultrapassar o quociente eleitoral também será necessário que os candidatos obtenham ao menos 10% deste valor para serem eleitos.

¹¹ Entendidas a partir de então enquanto a participação isolada de um partido político ou em coligação com outros.

Tabela 3: Comparação Regressão Linear e Quantílica com termos interativos

	(1) Linear	(2) 50%	(3) 80%	(4) 85%	(5) 90%	(6) 95%
Cor/Raça	0.0328 (0.0375)	0.0155 (0.0393)	0.0217 (0.0540)	-0.00664 (0.0680)	-0.0225 (0.0854)	-0.219* (0.0984)
Sexo	-0.613*** (0.0295)	-0.617*** (0.0283)	-0.605*** (0.0550)	-0.584*** (0.0494)	-0.570*** (0.0541)	-0.399*** (0.0766)
Int. Cor/Raça e Sexo	0.0194 (0.0422)	0.0659 (0.0444)	0.0113 (0.0725)	0.00828 (0.0779)	-0.0417 (0.0796)	-0.209* (0.104)
Ensino superior	0.254*** (0.0291)	0.228*** (0.0342)	0.328*** (0.0473)	0.393*** (0.0506)	0.381*** (0.0544)	0.260*** (0.0730)
Int. Cor/Raça e Ensino Superior	-0.0275 (0.0421)	-0.0316 (0.0473)	-0.0774 (0.0693)	-0.0838 (0.0775)	-0.0554 (0.0780)	0.0680 (0.0876)
Classe política	0.371*** (0.0296)	0.353*** (0.0288)	0.534*** (0.0488)	0.560*** (0.0497)	0.517*** (0.0592)	0.365*** (0.0617)
Int. Cor/Raça e Classe Política	-0.0264 (0.0431)	-0.0324 (0.0444)	-0.0379 (0.0710)	-0.0365 (0.0784)	0.0316 (0.0844)	0.129 (0.0863)
Reeleição	1.266*** (0.0297)	1.332*** (0.0292)	0.728*** (0.0457)	0.615*** (0.0527)	0.550*** (0.0434)	0.389** (0.125)
Int. Cor/Raça e Reeleição	0.146** (0.0520)	0.146* (0.0618)	0.233*** (0.0699)	0.254 (0.131)	0.208* (0.0913)	0.236 (0.134)
Coligação vitoriosa	0.385*** (0.0265)	0.341*** (0.0285)	0.473*** (0.0440)	0.491*** (0.0442)	0.530*** (0.0425)	0.470*** (0.0484)
Int. Cor/Raça e Coligação Vitoriosa	-0.158*** (0.0388)	-0.163*** (0.0425)	-0.202** (0.0649)	-0.156* (0.0727)	-0.198** (0.0697)	-0.0875 (0.0716)
Constante	-0.486*** (0.0278)	-0.484*** (0.0290)	-0.0288 (0.0375)	0.0852 (0.0510)	0.300*** (0.0649)	0.765*** (0.0843)
Observações	5866	5866	5866	5866	5866	5866
<i>R</i> ² Ajustado	0.423					

Fonte: os autores a partir de dados do TSE

Desvio padrão em parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Há que se questionar, contudo, se o efeito da cor/raça seria idêntico caso desconsiderássemos os candidatos à reeleição. Neste cenário o corte de 80% apresentaria os valores de 134% para candidatos brancos, 104% para candidatos não brancos, 69% para candidatas brancas e 45% para candidatas não brancas, enquanto no perfil de 95% os mesmos perfis observariam valores de 110%, 99%, 106% e 74%, respectivamente. Em meio ao recorte em que são eleitas as candidaturas com menor votação, fica latente a desigualdade entre os perfis, sendo necessário enfatizar o efeito bastante reduzido de mulheres, sejam brancas ou não brancas, em relação aos homens brancos. Se nos estratos mais elevados de votação, onde a competição praticamente se dissipa e apresenta contornos de confirmação dos favoritos em seus respectivos distritos eleitorais, sendo necessária uma avaliação mais qualitativa para compreender

a história por trás dessas campanhas¹², ou mesmo buscar outras informações cruciais, como, por exemplo, o tempo do Horário Gratuito Político Eleitoral disponibilizado a cada candidato, a experiência política em outros cargos ou o pertencimento a família com vinculações políticas.

Um tópico importante relativo às discussões sobre eleições e questão racial pode ser esclarecido através dos dados apresentados acima. A baixa representação da população não branca não pode ser assumida pelas desigualdades materiais da sociedade brasileira. Tanto a escolaridade quanto a profissão não são aspectos suficientes para explicar a baixa votação de não brancos, pois mesmo quando essas variáveis foram utilizadas para controlar o efeito racial sobre a dinâmica eleitoral, ser não branco persistia como um efeito de redução de votação. No entanto, é importante ressaltar que este efeito é mais saliente ao se considerar a situação da mulher negra no quadro da disputa política.

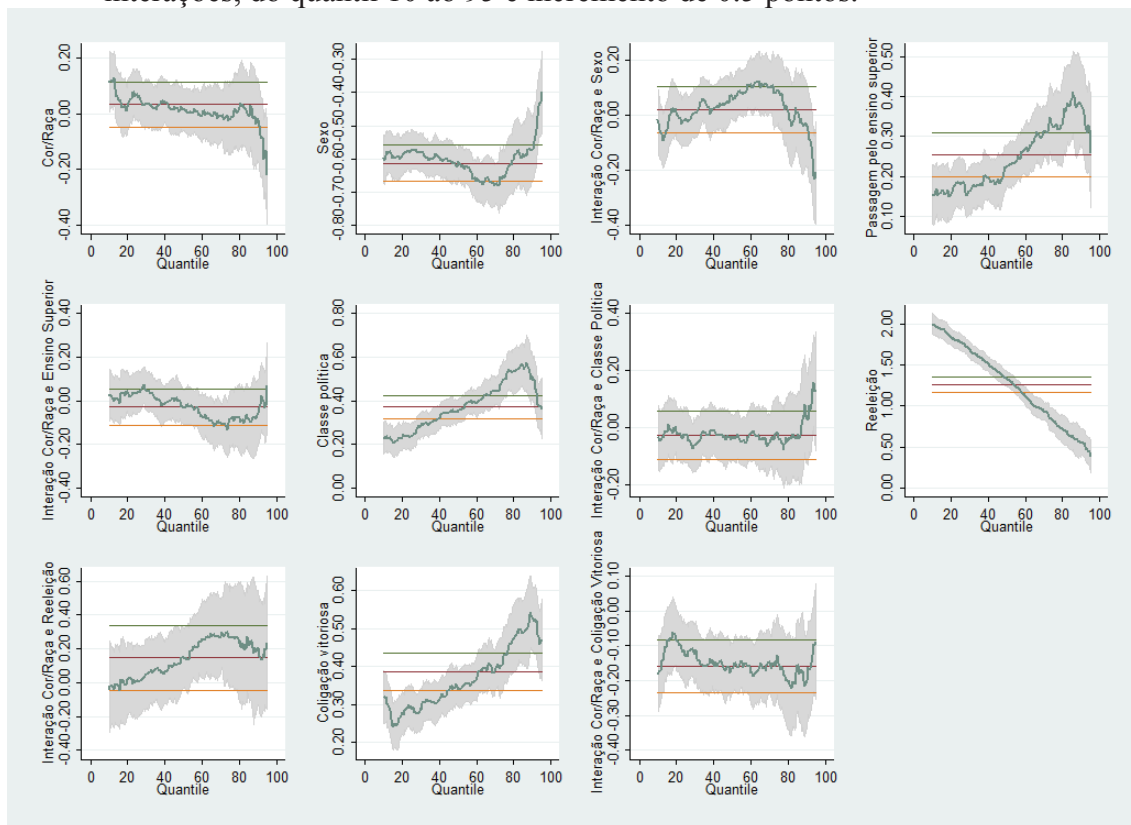
A análise sobre as curvas do efeito das variáveis mobilizadas no modelo de regressão quantílica indicam que o efeito da cor/raça poderia ser bem estimado através da regressão linear, contudo nos estratos de maior votação a inclinação negativa se acentua drasticamente. Apesar de mulheres brancas apresentarem um constante efeito negativo, o mesmo se reduz entre os últimos quantis, em decorrência das mulheres candidatas a reeleição, não obstante, mulheres não brancas observam um revés negativo nos últimos estratos. Tanto o ensino superior quanto a classe política apresentam um efeito positivo até o quantil de 80%, apresentando uma queda nos últimos cortes, tal como na figura 2, porém de forma mais intensa na figura 3. Uma explicação possível, ainda carecendo de maior aprofundamento analítico, pode estar no perfil desses candidatos, com candidaturas estabelecidas de longa data e circunscritas a contextos tradicionais nos quais o acesso à educação superior não seja uma constante em meio à classe política. Deve-se notar que apesar de a participação em uma coligação vitoriosa apresentar efeito positivo praticamente linear em torno de toda a distribuição, este efeito não é observado de forma positiva pelas candidaturas não brancas, que acabam recebendo uma votação mais reduzida, com valores constantes por toda a distribuição, em comparação com seus companheiros brancos.

Por fim, retomando a análise anteriormente proposta, resta avaliar o efeito do perfil das candidaturas para o recebimento de recursos para a campanha eleitoral. Para tanto foi

¹² Existe um dado central na dinâmica política recente que foge da presente análise em decorrência de não haver informações, mas nas últimas eleições é possível observar um crescimento do efeito de candidaturas com vinculação de familiares na vida política serem eleitas, que certamente auxiliaria a esclarecer a distinção entre os mais votados.

utilizado o valor da receita de campanha tal como instrumentalizada anteriormente, sendo calculado o valor de log na base 10, os efeitos podem ser observados na tabela 4, a seguir. No entanto, tendo em vista o efeito observado relativo às candidaturas à reeleição, essas candidaturas foram retiradas do modelo para verificar a diferença de arrecadação apenas entre aqueles que não dispõe desta vantagem política.

Figura 3: Regressão quantílica entre votos e as variáveis do modelo 5 com interações, do quantil 10 ao 95 e incremento de 0.5 pontos.



A avaliação apenas com base na regressão linear implicaria um viés positivo do efeito exclusivo da cor/raça, algo a ser problematizado quando se verifica como este traço resulta em efeito negativo entre os cortes de maior receita. O último quantil analisado (95%), indica vantagem quanto à obtenção de recursos para homens brancos. Novamente controlando pela classe política, ensino superior e participação em coligação vitoriosa, comparativamente aos homens brancos de baixa condição política e social, homens brancos neste corte tende a obter 124% a mais de votos, homens não brancos 102%, mulheres brancas 69% e mulheres negras 56%. As desvantagens estruturais apresentadas na diferença de votação entre os perfis apresentados também sujeita as chances de obtenção de recursos de campanha, fator central no sucesso eleitoral, tal como observado na tabela 2, mas também amplamente verificado pela literatura.

Tabela 4: Comparação Regressão Linear e Quantílica: Receita de Campanha - sem candidatos à reeleição

	(1) Linear	(2) 50%	(3) 80%	(4) 85%	(5) 90%	(6) 95%
Cor/Raça	0.130* (0.0635)	0.128 (0.0787)	0.0854 (0.112)	0.00471 (0.119)	-0.136 (0.132)	-0.161 (0.119)
Sexo	-0.539*** (0.0438)	-0.550*** (0.0555)	-0.664*** (0.0735)	-0.651*** (0.0864)	-0.654*** (0.0793)	-0.549*** (0.0793)
Int. Cor/Raça e Sexo	0.199** (0.0653)	0.234** (0.0771)	0.295** (0.114)	0.217 (0.112)	0.235 (0.123)	0.0847 (0.101)
Ensino superior	0.305*** (0.0451)	0.289*** (0.0604)	0.452*** (0.0727)	0.427*** (0.0904)	0.489*** (0.0849)	0.459*** (0.0762)
Int. Cor/Raça e Ensino Superior	-0.0154 (0.0674)	-0.0529 (0.0841)	-0.0790 (0.116)	-0.0747 (0.116)	-0.0137 (0.117)	0.0232 (0.102)
Classe política	0.485*** (0.0449)	0.537*** (0.0584)	0.664*** (0.0714)	0.697*** (0.0927)	0.642*** (0.0895)	0.474*** (0.0882)
Int. Cor/Raça e Classe Política	-0.0762 (0.0679)	-0.0668 (0.0868)	-0.0854 (0.116)	-0.0625 (0.118)	-0.0208 (0.128)	0.00557 (0.117)
Coligação vitoriosa	0.325*** (0.0412)	0.323*** (0.0537)	0.261*** (0.0689)	0.231** (0.0840)	0.161* (0.0712)	0.219*** (0.0521)
Int. Cor/Raça e Coligação Vitoriosa	-0.292*** (0.0618)	-0.329*** (0.0756)	-0.249* (0.110)	-0.166 (0.107)	-0.102 (0.107)	-0.0873 (0.0820)
Constante	-2.197*** (0.0460)	-2.255*** (0.0600)	-1.451*** (0.0784)	-1.171*** (0.0975)	-0.843*** (0.0992)	-0.431*** (0.0954)
Observações	4452	4452	4452	4452	4452	4452
R ² Ajustado	0.152					

Fonte: os autores a partir de dados do TSE

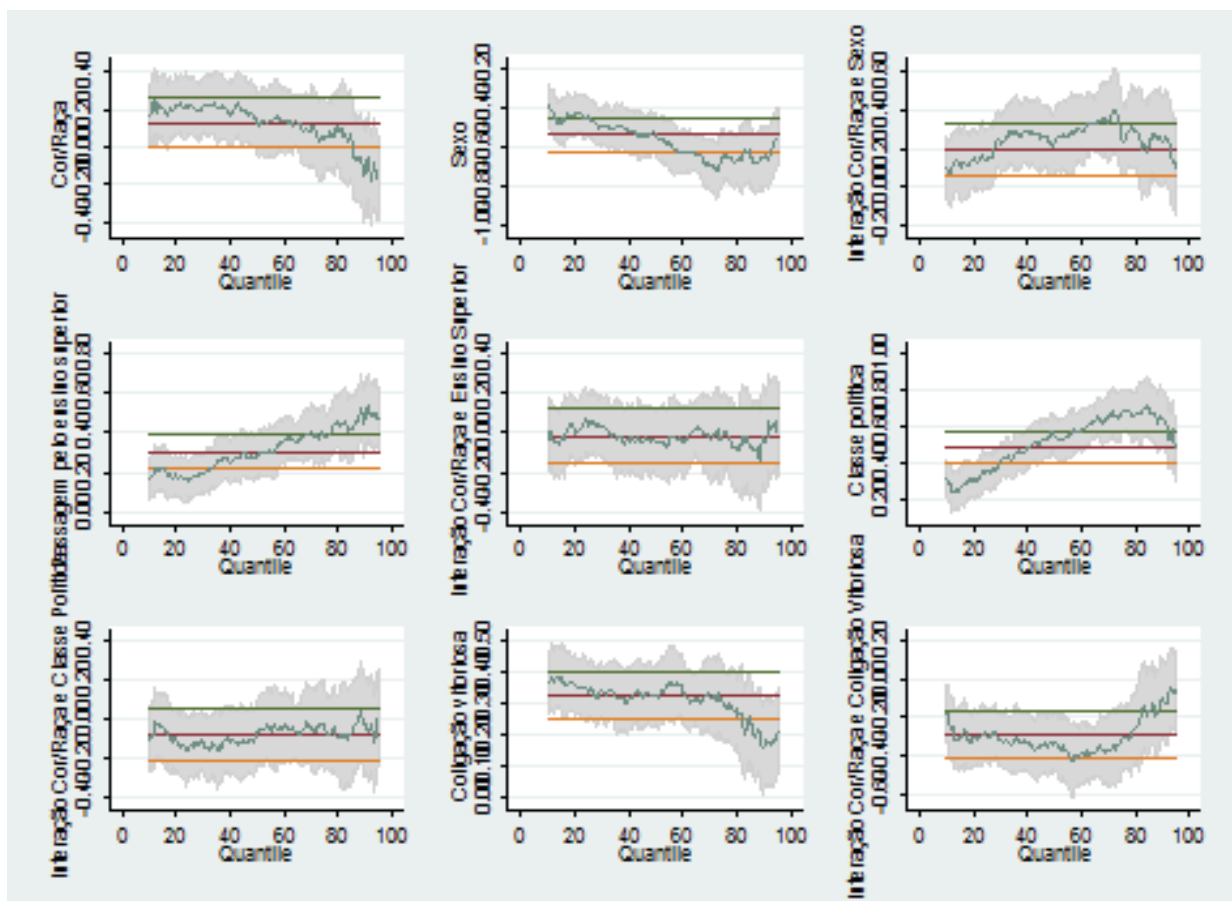
Desvio padrão em parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Os gráficos apresentados na figura 4 sugerem que o modelo de regressão linear possa ser suficiente para dar conta das variações relativas à distribuição de recursos de campanha, pois o intervalo de confiança do efeito de praticamente todas as variáveis pode ser encontrado entre o mesmo intervalo da regressão linear. Não obstante é importante notar que Cor/Raça, ensino superior, classe política e coligação vitoriosa apresentam desvios significativos nos últimos quantis da receita de campanha.

Tendo em vista a variação da receita de campanha, não é possível afirmar que exista um efeito distinto daquele observado para a análise da votação. Candidaturas não brancas tem menor acesso a recursos, assim como mulheres também são afetadas negativamente neste aspecto. Apesar do efeito entre as candidaturas feminina apresentar um padrão mais igualitário entre brancas e não brancas do que a comparação no interior da classe masculina, não se pode deixar de atentar para o dado de que entre os perfis menos beneficiados estruturalmente, será entre as mulheres não brancas que os recursos financeiros serão mais escassos.

Figura 4: Regressão quantílica entre receita de campanha e as variáveis do modelo 5 com interações, do quantil 10 ao 95 e incremento de 0.5 pontos.



Conclusões

A estrutura da competição eleitoral brasileira, que combina representação proporcional, listas abertas e distribuição de cadeira por quociente eleitoral, coloca desafios específicos para a análise dos fatores que levam ao sucesso de determinados tipos de candidaturas. A maior parte dos modelos analíticos para eleições entende o sucesso eleitoral ora como a obtenção de cadeiras legislativas ora como a obtenção de altas quantias de votos (Speck e Cervi, 2016, p. 60). Em sistemas majoritários ou proporcionais com lista fechada, um modelo logístico ou linear é suficiente para explicar tal sucesso, pois a caracterização das candidaturas competitivas pode ser medida através do princípio, observado por Gary Cox (1997), de que as chances de disputar uma vaga estão distribuídas para o número de candidatos mais votados equivalente ao número de cadeiras mais um. Ou seja, em disputas majoritárias de turno único com um único vencedor apenas os dois primeiros candidatos nas pesquisas de opinião estão efetivamente competindo, por exemplo.

No caso brasileiro, essa definição não se aplica perfeitamente. Apesar de ser possível deduzir do número de votos obtidos quais candidaturas eram mais competitivas (Campos e Machado, 2015a) trata-se de uma aferição a posteriori. O sistema de lista aberta opera a partir de um gradiente de votação que também deve ser considerado a

partir da distância em relação à obtenção do quociente eleitoral. A regressão quantílica contorna parcialmente essa dificuldade ao permitir isolar os efeitos de determinadas variáveis sobre as candidaturas distribuídas em um *continuum* de votação. Se tomarmos a ideia de que a obtenção de recursos de campanha também é uma forma de expressar a capacidade de mobilização de apoio político, o mesmo pode ser dito para a análise da receita de campanha das candidaturas.

Para compreender a desigualdade racial na política brasileira é central levar em conta, portanto, as características próprias do nosso sistema eleitoral e seus aspectos de diferenciação e distinção política entre as candidaturas. A tradução das desigualdades existentes na sociedade para a política é mediada pelas regras eleitorais e por um complexo conjunto de dinâmicas sociopolíticas. Os dados apresentados evidenciam que, uma vez ultrapassadas as barreiras de um primeiro acesso à representação política, as desigualdades sociais entre brancos e não brancos se reduzem sensivelmente. Ao mesmo tempo, é insuficiente simplificar essas desigualdades a uma dimensão. Tanto gênero quanto raça têm efeitos específicos no sucesso de carreiras políticas. Ademais, a intersecção entre essas duas características promove uma experiência que não pode ser resumida à simples soma das duas clivagens.

Grosso modo, as desigualdades raciais de acesso à representação decorrem tanto das dificuldades de obter recursos de campanha quanto à participação em partidos com chances reais de vitória eleitoral. As candidaturas não brancas abundam entre legendas sem expressividade política. A participação em coligação vitoriosa, por seu turno, tem um efeito específico para os não brancos competitivos e não competitivos. Embora seja positivo para um não branco fazer parte de uma coligação bem-sucedida, este efeito se reduz se considerarmos as candidaturas mais competitivas. Logo, a mera participação em agremiações tradicionalmente competitivas não seria insuficiente para garantir o sucesso individual de candidatos não brancos. Para discutir o acesso da população não branca à política, é fundamental discutir como as práticas internas dos partidos políticos fomentam favores e privilégios a determinados grupos tradicionais, em sua maioria formado por brancos. A disputa por espaços sociais para a população não branca no Brasil não pode mais prescindir de uma séria discussão sobre o acesso tão sofrido à esfera pública, e esta discussão não pode tomar como tema subalterno a inclusão da mulher não branca, a principal vítima da exclusão do paraíso das três raças na vida pública brasileira.

Bibliografia

ARAÚJO, Clara e ALVES, José Eustáquio Diniz (2007). "Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas". *Dados*, vol. 50, pp. 535-577.

BUENO, Natália e DUNNING, Thad (2013). "Race, Resources, and Representation: Evidence from Brazilian Politicians", em *71st Midwest Political Science Association*. Chicago.

CAMPOS, Luiz Augusto (2015). "Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Raça e recrutamento político nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (2012)". *Dados*, v. 57, n.2.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos (2015a). "A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16.

_____ (2015b). "A Raça dos (In)eleitos". *Insight Inteligência*, (17)67, p. 60-72.

KOENKER, R.; HALLOCK, K. (2001). "Quantile regression: An introduction". *Journal of Economic Perspectives*, v. 15, n. 4, pp. 43-56.

LAWLESS, J. (2012). *Becoming a Candidate: political ambition and the decision to run for office*. New York: Cambridge University Press.

LIMA JR., Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de (2006). "Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, pp. 363-385.

MIGUEL, Sonia Malheiros. *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro*. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2000.

MOSTELLER, Frederick; TUKEY, John Wilder (1977). "Data analysis and regression: a second course in statistics." *Addison-Wesley Series in Behavioral Science: Quantitative Methods* (1977).

PINTO, Céli Regina Jardim (1994). "Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas.", In: SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, Monica Muñoz. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, pp. 195-230.

SPECK, Bruno Wilhelm ; CERVI, Emerson Urizzi (2016). "Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012". *Dados*, v. 59, n.1, pp. 53-90.

Anexo 1

Distribuições de quantis da votação, por cor/raça e coligação vitoriosa/perdedora

Quantil	Coligação Perdedora			Coligação Vitoriosa		
	Candidaturas		% não branca	Candidaturas		% não branca
	Branca	Não branca		Branca	Não branca	
5	95	85	47%	61	54	47%
10	82	91	53%	80	39	33%
15	90	74	45%	71	58	45%
20	90	77	46%	75	52	41%
25	77	77	50%	85	54	39%
30	81	74	48%	85	53	38%
35	83	75	47%	71	65	48%
40	61	66	52%	102	64	39%
45	69	83	55%	79	62	44%
50	81	75	48%	77	60	44%
55	67	59	47%	102	66	39%
60	83	81	49%	83	46	36%
65	76	69	48%	101	47	32%
70	65	64	50%	106	59	36%
75	59	58	50%	121	55	31%
80	63	50	44%	129	51	28%
85	58	40	41%	140	56	29%
90	54	39	42%	143	57	29%
95	26	9	26%	200	58	22%
100	4	0	0%	242	47	16%

Fonte: os autores a partir dos dados do TSE